



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Atividade motora adaptada: um campo de atuação lúdica, esportiva e multidisciplinar

Manoel Osmar Seabra Júnior

Como citar: SEABRA JÚNIOR, M. O. Atividade motora adaptada: um campo de atuação lúdica, esportiva e multidisciplinar. *In:* MANZINI, E. J. (org). **Educação Especial: temas atuais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p75-83. DOI: <http://doi.org/100.36311/2000.85-86738-15-8.p75-83>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA: UM CAMPO DE ATUAÇÃO LÚDICA, ESPORTIVA E MULTIDISCIPLINAR

Manoel Osmar SEABRA JÚNIOR¹

A Educação Física vem sofrendo significativas transformações que se centram na formação profissional e na constante produção e incorporação do conhecimento na área, e, por essa razão, vem se projetando nas mais diversas áreas do conhecimento, dada a sua valorização como fator de desenvolvimento humano, sendo a prática e o conhecimento corporal entendidos como uma necessidade social, fisiológica e psicológica.

No contexto brasileiro, suas origens marcam um vínculo com as instituições militares e com a classe médica, fato que determinou e deturpou sua concepção e finalidade, quanto ao seu campo de atuação e a forma de ser ensinada (Brasil, 1998). Características que atravessaram o século e ainda permeiam os objetivos, métodos e conteúdos de alguns profissionais que ainda não romperam com o modelo mecanicista imposto em décadas passadas.

Tendo em vista as mudanças de referenciais, da sociedade, no que diz respeito ao corpo e sua contribuição na formação do indivíduo, a Educação Física também se adequou a esta realidade mudando seu enfoque, de uma realidade puramente biológica para uma dimensão psicológica, social, cognitiva e afetiva, oferecendo objetivos educacionais mais diversificados, com vistas a pressupostos mais humanos vinculados a concepções como as abordagens referenciadas por Darido (1998), como: desenvolvimentista (Tani et al., 1988); interacionista-constructivista (Freire, 1989); crítico superadora (Coletivo de Autores, 1992) e Sistêmica (Betti, 1992) que não mais retratam vertentes tecnicistas, esportivistas e biologistas *desmascarando* o adestramento para os exercícios, esportes e a formação do físico.

Nesta conjuntura, a Educação Física tomou posições para visualizar sua diversidade, passando a focar a relevância e o significado que o movimento tem para o ser humano, disseminando, com sua prática, as possibilidades de as atividades motoras poderem oferecer retorno social para todo indivíduo.

¹ Docente responsável pela área de Educação Física Adaptada- UNIMAR, Marília.

A partir dessa proposição e de um estímulo na formação profissional, a resolução 3/87, do Conselho Federal de Educação, que trata da reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, recomendou a inclusão de disciplina voltada para a formação do profissional, para o atendimento ao portador de deficiência, incluída como Educação Física especial. Incorporada por uma grande parte das instituições de ensino superior, essa deliberação promoveu um crescimento de profissionais envolvidos com esse alunado, considerando-se, cada vez mais, como um campo de atuação e estudos.

Para tratarmos das discussões pertinentes à atividade motora voltada à pessoa portadora de deficiência, é necessário entender os pressupostos que norteiam esta prática. Historicamente, a indicação de atividades físicas para portadores de deficiência foram direcionadas com ênfase em objetivos terapêuticos. Os programas desenvolvidos eram denominados de ginástica médica e visavam a remediar doenças, utilizando-se de exercícios preventivos e corretivos (Pedrinelli, 1994). Hoje, o que se observa é a Educação Física para portadores de deficiência ser entendida e conceituada sob denominações como educação física corretiva, preventiva, ortopédica, reabilitativa entre outras, que norteiam a passagem de um modelo médico, com enfoque no alívio de distúrbios físicos e doenças, para o chamado modelo educacional que privilegia desenvolver o potencial do aluno (Correia et al., 1990).

A Educação Física Adaptada, como é reconhecida a área que reúne e sistematiza os conhecimentos da Educação Física voltados a clientela com deficiência, é definida por Seaman & DePaw (1982) como um programa de atividades desenvolvimentistas, jogos, esportes e atividades rítmicas e expressivas, cuja organização está baseada em interesses, capacidades e limitações dos indivíduos portadores de necessidades especiais. No Brasil, o uso do termo Educação Física Adaptada esta diretamente relacionado com as investigações científicas que inevitavelmente se apoiam na literatura norte-americana, embora para Seaman & DePaw (1982) o uso das terminologias Educação Física adaptada e Educação Física especial sejam as de uso mais comum.

A atuação do profissional que ministra atividades motoras a esta população direciona seu enfoque para duas principais vertentes. A primeira visa os objetivos que desenvolvam as capacidades e interesses dos praticantes, numa perspectiva lúdica e esportiva, utilizando da aplicação de atividades motoras adaptadas, com direcionamento para o aprimoramento do domínio motor,

através da aprendizagem de habilidades, de jogos e esportes adaptados, veículo que tem sido meio de integração, de quebra de estigmas e de preconceitos. Numa segunda vertente, encontramos a Educação Física Adaptada atuando indiretamente na recuperação funcional, como terapia integrante de um programa multidisciplinar de reabilitação, tendo seu foco nas capacidades funcionais, cujo objetivo é propiciar a melhora de seu potencial reabilitacional (Seabra, 1991).

Não podemos considerar estas vertentes de modo estanque, pois no que tange à prática, elas se fundem como um só objetivo, seja pedagógico, seja terapêutico. No meio acadêmico esta idéia representa uma das grandes discussões que se perpetuam neste âmbito, a fim de classificá-la. O que se pode notar é que a Educação Física Adaptada tem desenhado uma ação tanto pedagógica quanto terapêutica, pois não há como dissecá-las. A atividade física deve privilegiar o seu potencial, mas considerando sua totalidade. Carmo (1990), abordando esta discussão, defende a tese de que a ação pedagógica e tão terapêutica quanto a ação terapêutica é pedagógica.

No entanto, observa-se que a Educação Física Adaptada vem paulatinamente incorporando-se aos programas multidisciplinares de reabilitação, tendo em vista que esta área tem fundamentado sua prática, estruturando-se metodologicamente, enquanto adaptação de suas atividades, dos materiais e das estratégias de ensino, o que tem gerado um aumento na sua produção científica, fator preponderante para a contemplação da área, pelas chamadas equipes multidisciplinares.

Algumas considerações devem ser pontuadas, no que diz respeito a formação de turmas para as aulas de Educação Física. As categorias de deficiência, por exemplo, não devem ser fator determinante para a constituição de grupos, porém é positivo que os grupos sejam formados por alunos com características semelhantes, visando uma maior homogeneidade para as atividades. Deve também ser respeitado o fato de que pequenas adaptações podem ser feitas para determinados alunos de modo a incluí-los em grupos de alunos sem deficiência (Pedrinelli, 1991; 1994).

Neste caminho é necessário compreender as necessidades, as capacidades e o processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência. É necessário conhecer patologia com que se está trabalhando, para elaboração de objetivos e de programas para o estabelecimento de atividades ou ainda

para a restrição de determinadas atividades motoras, que, de certa forma, ao invés de colaborarem para seu desenvolvimento ou sua melhor qualidade de vida, provocam a progressão de seu quadro patológico como, por exemplo, a degeneração das fibras musculares em um portador de distrofia muscular progressiva em decorrência de atividades com exercícios resistidos.

Estes elementos devem nortear o programa a ser preparado, considerando a restrição motora e sua condição neurológica, de modo a oferecer, assim, oportunidades de movimentos mais favoráveis e que sejam desafios que exijam superação. As estratégias e materiais adequados e adaptados a cada grupo constituem, sobretudo, o fator primordial para alcançar as metas propostas, principalmente no que tange às modificações no seu comportamento, estimulando uma maior autonomia de movimento, buscando uma locomoção independente ou ainda a descoberta de novas possibilidades motoras, mais propícias a soluções de problemas do seu cotidiano.

Pesando nisso, verificamos historicamente uma tendência das pesquisas em desenvolvimento motor e aprendizagem motora centradas numa perspectiva psicobiológica de alguns modelos de aprendizagem da linha cognitivista e comportamental dentro da Psicologia. No entanto, encontramos modelos de desenvolvimento (Seaman & DePaw, 1982) e de comportamentos psicomotores (Sherril, 1988), propostos na literatura internacional e adaptadas em nossa literatura, para nortear a elaboração de propostas de atividades para os diferentes grupos de trabalho.

Pedrinelli (1991;1994) enfoca que além dos cuidados com a adaptação de materiais, estratégias de ensino, constituição de grupos, e condição de desenvolvimento de cada aluno, deve-se considerar determinadas implicações gerais de ordem pedagógica para cada tipo de deficiência, que facilitem a atuação e o sucesso do profissional em atingir seus objetivos. Devido a sua relevância destacamos algumas das principais implicações ou, como intitula Conde (1994) ao escrever sobre alunos com deficiência visual, “Estratégias básicas propostas e cuidados especiais para programas de Educação Física para portadores de deficiência”, dos quais inferimos outras, com as quais temos nos identificado em nossa prática de Educação Física adaptada. Para a Deficiência Mental as propostas são:

- Progredir lentamente, oferecendo primeiramente atividades familiares;
- Introduzir atividades novas ou não-familiares na primeira parte da aula;

- Dar orientações claras sobre a tarefa a ser realizada;
- Apresentar as idéias de forma lenta e apresentar pequena quantidade de informações por vez;
- Usar exemplos concretos;
- Apresentar metas que estejam no nível de desenvolvimento dos alunos e que possam ser alcançadas;
- Enfatizar a terminologia das atividades;
- Utilizar demonstrações (do professor ou de outros alunos).

As propostas para deficiência física tiveram por base as vivências do nosso Grupo de Atividades Motoras Adaptadas da Universidade de Marília, e os estudos de Mattos (1994) e Pedrinelli (1991) as quais destacamos:

- Periodicamente obter aprovação médica quanto à participação do aluno, analisar sua anamnese constatando sua patologia e os cuidados recomendados pelos profissionais envolvidos no atendimento;
- Planejar as atividades de forma a dar a cada aluno a oportunidade de participar tanto quanto possível;
- Proporcionar mais espaço individual para a realização das atividades;
- Oferecer mais períodos de descanso àqueles que tem resistência limitada;
- Substituir posições sentadas ou deitadas, por posições em pé quando possível e necessário;
- Sempre que possível transferir os alunos que fazem uso de cadeira de rodas para execução das atividades sentados ou deitados, com ou sem apoios;
- Procurar adequar ao máximo às regras já existentes, minimizando assim a segregação já imposta pela condição deficiente;
- Os locais a serem utilizados para competições devem ser, na maioria das vezes, os utilizados pelas modalidades esportiva sem adaptações.

Por sua vez, na Deficiência Visual, indicamos as propostas de Melo (1991); Pedrinelli (1991) e Conde (1994), sendo elas:

- Reconhecimento (conceituação e mapa mental) das áreas, implementos e

materiais a serem utilizados, dando tempo suficiente para o reconhecimento do ambiente de aula.

- Uso de pistas ambientais, utilizando de materiais manipulativos e sonoros, como ponto de referência e pista auditiva, essenciais a sua orientação e locomoção e a formação do mapa mental do ambiente físico ou da memória motora assim compreendida por Telford & Sawrey (1978);
- Mencionar o nome do aluno sempre que se dirigir a ele;
- Mesclagem de alunos cegos e de visão reduzida, tendo em vista o aumento das possibilidades de exercícios em duplas ou grupos;
- Verbalização clara e tranqüila, sem explicações longas;
- Ocorrendo limitação na compreensão da atividade a ser executada através da verbalização, o professor deve fazer uso da ajuda física e a percepção cinestésica, tocando no seu aluno e deixando que ele o toque;
- Aumentar as dimensões dos objetos e proporcionar luminosidade adequada para os alunos de baixa acuidade visual;
- Auxiliar o aluno conduzindo-o através do movimento correto;
- Buscar informações relativas à anamnese médica para formar padrões básicos para sua intervenção.

Por fim, na Deficiência Auditiva, selecionamos as propostas de nossa prática com essa deficiência além das citadas por Pedrinelli (1991) e Ferreira (1994). São elas:

- Posicionar o aluno de onde o rosto do professor lhe seja visível;
- Conduzir o olhar ao aluno quando introduzir uma atividade, facilitando a compreensão da linguagem labial e gestual;
- Usar sinais com as mãos ou linguagem manual durante o comando verbal;
- Utilizar recursos visuais e demonstração;
- Não mudar constantemente ou abruptamente as regras de uma determinada atividade;
- Não articular exageradamente as palavras;
- Substituir as pistas sonoras por visuais se necessário;

- A cada mudança de atividades ou regras, o professor deve utilizar um sinal padrão para o comando ou interromper a dinâmica, colocando-os em posição estratégica para corrigir a atividade, fornecer nova informação ou tarefa.

Estas premissas têm proporcionado uma forte necessidade de se estabelecer um campo de conhecimentos básicos ou teóricos. As produções acadêmicas na área têm tido uma tendência em abolir as comparações obtidas nos estudos, sejam eles de padrões e esquemas motores, sejam formas de aprendizagem com o padrão de normalidade, para estabelecer um padrão mais apropriado de análise, avaliação e intervenção para cada grupo, com características específicas de suas limitações.

Um outro fato que tem elevado a Educação Física Adaptada no contexto social está relacionado com a atuação dos profissionais de Educação Física com o esporte adaptado. A prática esportiva tem sido difundida entre os portadores de deficiência considerando as seqüelas impostas pelas deficiências e as regras eleitas para as diferentes modalidades esportivas que necessitam de adaptações para torná-las acessíveis (Mattos, 1994).

O esporte adaptado tem sua origem com o fim da 2ª guerra, embora Araujo (1998) descreve alguns registros anteriores da atividade esportiva. Seu enfoque centrava-se na reabilitação e integração de grupos, visando ao retorno à sociedade.

Os primeiros jogos internacionais ocorreram em 1952, na Inglaterra, quando muitos dos profissionais envolvidos tinham por objetivos, com a atividade esportiva, uma ocupação terapêutica, considerando preponderante na reabilitação psicossocial dos deficientes. Concebiam a competição como oportunidade para aprender a competir em outros ambientes sociais.

Em decorrência da repercussão positiva em torno dos jogos denominados Stoke Mandeville, vários movimentos e associações foram criadas em prol do esporte adaptado, surgindo formas diferenciadas em cada área de deficiência. Em virtude disso os jogos se propagaram, criando assim a denominação de Parolímpicos, os quais hoje ocorrem paralelamente as olimpíadas.

No Brasil, o esporte adaptado tem seus registros na década de 50, quando os movimentos organizados pelos próprios portadores de deficiência deram origem a associações e federações que hoje respondem em âmbito nacional

pelo desporto adaptado. São elas:

FENAPAES - Federação Nacional das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

ABDA - Associação Brasileira de Desporto para Amputados;

ABDC - Associação Brasileira de Desporto para Cegos;

ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas;

ANDE - Associação Nacional de Desporto para Deficientes;

CBDS - Confederação Brasileira de Desporto para Surdos.

A intenção deste texto foi a de refletir, através das mudanças conjunturais pelas quais passou a Educação Física no últimos anos, sobre as possibilidades de ações que a Educação Física Adaptada pode promover quando inserida num processo multidisciplinar de reabilitação com as pessoas portadoras de deficiência , seja num contexto de recuperação funcional, lúdico seja no esportivo. Assim, frente a exigência de cada grupo, as implicações pedagógicas mudam e devem ser observadas no atendimento e na interação professor/aluno.

É fundamental considerar que este aluno, seja portador de um impedimento, de uma incapacidade, seja de uma deficiência, tem várias fases distintas em sua vida. Assim deve ser respeitado em sua individualidade especialmente quando da elaboração de qualquer programa de intervenção.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, P. F. *Desporto adaptado no Brasil*; origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998. 147p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 96p.

CARMO, A. A. do, Educação física adaptada: terapêutica ou pedagógica?. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 2, 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo:USP, 1990. p.63

CONDE, A. J. M. A pessoa portadora de deficiência visual, seu corpo, seu movimento e seu mundo. In: PEDRINELLI, V. J. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN,1994, p. 87-98.

- CORREIA, M. M. et al. Da ginástica médica à educação física adaptada: evolução conceitual. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 3, 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo:USP, 1990. p.42
- DARIDO, S. C. Apresentação e análise das principais abordagens da educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 20, n. 1, p. 58-66, 1988.
- FERREIRA, S. Atividades motoras para deficientes auditivos. In: PEDRINELLI, V. J. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC-SEDES/ SESI-DN, 1994. p. 99-114.
- MATTOS, E. Pessoa portadora de deficiência física (motora) e as atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer. In: PEDRINELLI, V. J. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994. p. 75-85.
- MELO, H. F. R. *Deficiência visual: lições práticas de orientação e mobilidade*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- PEDRINELLI, V. J. *Curso de extensão universitária em educação física adaptada: a criança portadora de dm, dv, df, da e a prática de atividade física*. São Paulo: EEFUSP, 1991. (Mimeo).
- PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V. J. et al. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994. p. 7-11.
- SEABRA JR., M. O. *A educação física adaptada no currículo dos cursos de graduação em educação física do estado de São Paulo*. Rio Claro, 1991. (Monografia, UNESP, Campus de Rio Claro).
- SEAMAN, J., DePAW, K. P., *The new adapted physical education*. Califórnia: Mayfield Publishing Company, 1982.
- SHERRILL, C. Institutional accountability in adapted physical education: a review of research. In: _____. (ed.) *Leadership training in adapted physical education*. Champaign: Human Kinetics Book, 1988.
- TELFORD, C. W., SAWREY, J. M. *O indivíduo excepcional*, 3. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.